

7



- *A arquitetura como produto da especificidade das mulheres na cidade de São Paulo*

Capítulo VII *A arquitetura como produto da especificidade das mulheres na cidade de São Paulo*

*As relações sociais de gênero interferindo no intra-urbano, no privado e no público
As mulheres alteram o espaço intra-urbano na cidade, reivindicam e lutam
para conquistar as creches, conquistam e passam a gerenciar o equipamento, etrabalham
arduamente pela conquista da moradia, trabalhando nos mutirões, e com isto produzem a
cidade contribuindo para a urbanização da periferia da cidade de São Paulo.
Assim como, com uma rede de "lugares de mulheres"
E com as Delegacias de Polícia de Defesa das Mulheres, uma experiência pioneira no
mundo. Sua primeira sede foi no Palácio das Indústrias.*

*"...definir um campo de economia política urbana é argumentar que é dentro
das cidades (...) que os efeitos do espacial sobre o social são mais fortes e emergem como
óbvios. O 'urbano' passa então a ser definido em termos dos efeitos particulares da inten-
sidade das interações entre o social e o espacial, provocadas pela forma específica de arti-
culação espacial da produção, da circulação e do consumo, na formação social" (Boddy,
1976, p. 1). Que Villaça qualifica como o intra-urbano.*

Neste capítulo escolhemos partir de um breve panorama dos desdobramentos da política econômica adotada no período que vai de 1964 a 1995, que se iniciou com a ditadura militar instalada a partir do golpe de 1º de abril de 1964. Esta política já ficou marcada desde o começo pelo arrocho salarial e o aumento do desemprego, tendo como "realização" do novo regime, fartamente utilizada na propaganda governamental, a política habitacional implementada pelo Banco Nacional da Habitação (BNH).

A nós interessa verificar o que isso significou para a vida das mulheres e da cidade de São Paulo. Com a ampliação da crise econômica, a perda do poder aquisitivo dos salários, a retirada da estabilidade no emprego, além do aumento do número de desempregados, as mulheres das camadas populares foram obrigadas a ir para o mercado de trabalho, e passaram a enfrentar a carência de infra-estrutura de berçários, creches e escolas, para seus filhos não ficarem nas ruas. E, mais que isso, elas foram obrigadas a se mudar para a periferia, por não conseguirem arcar com os aluguéis das áreas centrais. E a política habitacional do BNH nunca contemplou se pautavam pela expulsão destas populações para os famigerados conjuntos habitacionais nos arrabaldes da cidade. E milhares destas famílias foram para as ocupações em torno dos mananciais.

Essas mudanças para os bairros e municípios metropolitanos, somadas às migrações do interior para a capital e as vindas de outros estados, fizeram com que se espalhassem os loteamentos irregulares, que garantiam preços menores na aquisição de um terreno, mas que dificilmente garantiam a escritura definitiva de propriedade.

A partir de 1972, as mulheres organizadas em clubes de mães iniciam discussões sobre esses temas e bandeiras juntamente com militantes de esquerda, que atuavam clandestinamente, pois não havia liberdade de expressão e organização. Naquele momento se vivia o auge da repressão patrocinada pela ditadura militar.

Em 1975, o Ano Internacional da Mulher instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU), as brasileiras lançam dois jornais feministas: o *Brasil Mulher* e o *Nós, Mulheres*. As mulheres dão um salto na organização das mulheres, e em 1979, nos dias 4, 5 e 8 de março, foi realizado com grande impacto o I Congresso da Mulher Paulista no

bairro da Bela Vista no Teatro Ruth Escobar. Assim relatado num dos registros da história do feminismo no Brasil:

“A opinião pública ficou impressionada em saber que existiam feministas no Brasil, com o acontecimento do I Congresso da Mulher Paulista no Teatro Ruth Escobar, ainda no bairro da Bela Vista. Foi organizado majoritariamente por mulheres feministas que se encontravam nas seguintes entidades: Associação de Mulheres, Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, Associação das Donas de Casa, Departamento Feminino da Casa de Cultura de Guarulhos, Clubes de Mães, Movimento do Custo de Vida, Oposição Sindical da Sabesp/Cetesb (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo/Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental). Era um momento político importante, 1979, o ano que foi promulgada a Anistia. Este congresso foi um marco na luta das mulheres em todo o Brasil, e foi nesta época que se fundou o Movimento de Luta por Creches”¹.

As creches conquistadas

As creches foram implantadas em alguns bairros na década de 80, época em que a periferia se expandia sem nenhuma infra-estrutura urbana, como postos de saúde, escolas, transportes, e saneamento básico. Foram as mulheres que lutaram para que os serviços urbanos chegassem a esses espaços, contribuindo para a consolidação dessa estrutura urbana, em que pesem todas as críticas à própria expansão da cidade, resultado da dinâmica do mercado imobiliário que sempre ditou as regras da ocupação do solo urbano em São Paulo e em todo o Brasil.

Esses movimentos de mulheres eram muito fortes, gerando com sua iniciativa e ação política um fenômeno que vinha legitimar a teoria de que as relações sociais alteram o espaço construído, e o espaço construído altera as relações sociais, como por exemplo, a questão econômica. No caso específico do movimento feminista, suas lutas e propostas vieram alterar as concepções anteriores de relações sociais entre mulheres e homens. Por exemplo, a partir dele e do efeito didático de suas ações disseminou-se a compreensão de que creche é, sim, um equipamento de educação a que a criança tem direito. Apesar dos homens ainda resistirem e quererem perpetuá-las e ainda, apoiados pela maioria da instituições tanto governamentais como não governamentais.

Essa visão é o resultado de uma grande discussão do movimento feminista com a sociedade, no final da década de 70. Na época, setores da Igreja Católica desenvolveram uma forte reação contra essa reivindicação, dizendo que as feministas queriam estatizar as crianças, o que levaria as mães a ter de renunciar a seu papel. Até então, as poucas creches existentes funcionavam como lugar de guardar crianças, os chamados “depósitos de crianças”.

Mas esse problema ainda não foi, até hoje, solucionado totalmente. Espera-se que agora, na gestão da prefeita Marta Suplicy, com a implantação dos Centros de Educação Unificados (CEUs), que contêm o equipamento da creche incorporado ao complexo educacional, possa se dar um salto de qualidade, passando-se a entender mais amplamente a creche como um espaço de educação, de que todas as crianças necessitam

¹ Teles, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. Col. Tudo É História. São Paulo, Brasiliense, 1992, 1ª ed., p. 117 e 145.

e a que têm direito, a criança devendo ser, desde o nascimento, vista como uma cidadã, seja do sexo feminino como do masculino – aspectos e objetivos estes de que o movimento de luta por creches e as feministas, desde muito cedo, tiveram clareza. Se bem que a polêmica sobre as implantações dos CEUs entre as/os educadoras/es se estabeleceu, como de algumas correntes políticas, onde se questiona o mega espaço construído, numa cidade de muita carência, além da qualidade do ensino, que não é responsabilidade só da prefeitura, uma vez que as faculdades não conseguem reeducar e garantir o mínimo de conteúdo para que as professoras/es possam desempenhar o seu papel sem falar nos salários aviltantes, que demonstram a seriedade com a educação.

O vigor desse movimento, e as suas conquistas, fez com que se alterasse significativamente o espaço do bairro. Antes havia bairro que não era dotado de nenhuma infra-estrutura social, e em que a creche era o primeiro equipamento que vinha atender uma necessidade social, e funcionando como um elemento estruturador que levou à exigência de outros itens igualmente básicos, do ponto de vista da população. Mostrou-se na prática que aquilo que, num primeiro momento, foi visto como uma reivindicação específica da mulher levou a uma melhora geral na urbanização de todo um bairro.

Hoje já está claro que foram as feministas, juntamente com as sindicalistas, que garantiram na Constituição de 1988 que a creche é um direito educacional da criança. Mas na cidade de São Paulo só a partir de 1999 as creches passaram a serem administradas pela Secretaria Municipal da Educação. Pasmem, mas a Lei Orgânica do Município de São Paulo aprovada em 1989, desrespeitando a Constituição Federal, considerava que a creche deveria continuar como assistência social, devido ao forte lobby das assistentes sociais, que transformaram essa questão numa reivindicação de emprego e poder para si próprias, em detrimento da qualidade de atendimento educacional das crianças.

Recentemente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) definiu que as creches devem atender somente as crianças de 0 até 4 anos, e a partir desta idade elas deverão ser transferidas para uma Escola Municipal de Educação Infantil (as chamadas Emeis). Isto criou um grande transtorno para as mães trabalhadoras fora de casa, pois na cidade de São Paulo as vagas em Emeis, que, além de tudo, atendem as crianças apenas por meio período, não dão conta da necessidade de elas serem cuidadas adequadamente no restante do dia, enquanto as mães não chegam.

Segundo Holanda, a organização espacial não deve ser entendida como simples locus de outras práticas, mas ela própria, isto sim, deve ser vista como estruturadora de processos produtivos, simbólicos e de representação². Assim sendo, a creche, que hoje constitui um equipamento escolar necessário à formação de toda criança, assume um valor simbólico no conjunto das conquistas materiais ao permitir considerar-se a maternidade como uma função social que deve ser assumida pelas políticas públicas, assim como representa a possibilidade de as mulheres terem acesso a direitos garantidores de seu crescimento como pessoas de direitos, como aqueles de poder estudar, trabalhar, fazer política, não esta forma de fazer política que aí está, mas que as mulheres possam decidir e serem respeitados os seus desejos. Enquanto, no passado, a responsabilidade total da maternidade ficava sobre seus ombros, sem que pudessem nem ao menos aliviar a sobrecarga. Em 1988 o lobby do Batom defendeu e encaminhou proposta para a Constituição Federal da licença paternidade com a campanha nacional “O filho não é só da mãe”. Em

² Farret, 1985, p. 14.

São Paulo o papel da União de Mulheres organizando os homens por esta bandeira foi fundamental.

Como dissemos, as mulheres reivindicavam as creches a fim de poder ir para o mercado de trabalho, uma vez que o arrocho salarial sofrido por seus maridos não lhes permitia mais sustentar sozinhas os lares, tal como estabelecia o padrão familiar tradicional. Esse fenômeno das mulheres na década de 70 passaram em massa a trabalhar fora alterou a organização familiar, o simbólico e as representações. Como vemos, as profundas relações dos processos sociais mais gerais com a organização espacial das cidades são estruturadoras da sociedade, seja num sentido de continuidade seja num sentido de transformação, mas as políticas sociais e urbanas até o momento não se deram conta disso, e especialmente das transformações ocorridas na prática, o que continua sobrecarregando ainda mais as mulheres.

O movimento feminista vem propor alterar alguns partidos ou programas de projeto arquitetônico

A demanda desse movimento social, que se revelou forte, levou a que as/os arquitetas/os iniciassem a elaboração de projetos arquitetônicos para as creches, pensando seus problemas específicos. As primeiras creches construídas demonstraram a fragilidade dos conceitos projetuais, cuja origem não sabemos se era o descaso dos governantes ou a falta de preparo e descomprometimento das/os técnicas/os da Secretaria Municipal de Obras (Departamento de Edificações). Por exemplo, as salas de banho eram voltadas para lugar aberto, criando situações de desconforto em época de inverno, pois as pajens ou auxiliares de desenvolvimento infantil tinham que sair com as crianças envoltas na toalha de banho por fora do prédio. Em creches construídas em áreas de mananciais ou em cima de córregos, como a Creche do Jardim Souza, a própria Prefeitura desrespeitava a legislação de proteção de mananciais, criando problemas sanitários para as crianças e o conseqüente acúmulo de trabalho para suas famílias, principalmente as mães.

O papel dos lugares de mulher

Os chamados “lugares de mulher” que aqui denominamos como sendo as organizações não governamentais, que gestam políticas de gênero, que estão espalhados pelo planeta. Aqui nos atemos aos da Área Metropolitana de São Paulo constituem espaços físicos que têm por objetivo alavancar a luta das mulheres na conquista de sua cidadania. Foram fruto da formulação de novas propostas de políticas públicas, e assim ajudaram a criar outros espaços arquitetônicos que contribuam para a melhoria do hábitat e o combate à discriminação das mulheres. Estes são espaços que podem comportar atividades fortalecedoras da auto-estima das mulheres, como os Centros de Referência de Atendimento às Mulheres, os Centros de Orientação e Atendimento Psico-Social e Jurídico, e também as cooperativas de produção para geração de renda e outras atividades. E principalmente espaços políticos formuladores de políticas públicas voltadas para as mulheres e para garantir sua reflexão sobre a sua condição e traçar projetos que leve à sua libertação.

Em função da análise e da crítica das teorias urbanas, as feministas estudiosas do urbano falam sobre o tratamento que se dá às populações enquanto massa única, sem as distinções por gêneros, em que se insiste em desconhecer essa mudança. Esses estudos

questionam as relações sociais de gênero, tais como se dão concretamente nos espaços público e privado.

Neste trabalho destacamos a ampliação, na década de 90, do número desses espaços, em todo o Brasil, na cidade de São Paulo e em sua Área Metropolitana, em que as mulheres desenvolvem reflexões sobre sua condição, montam grupos de auto-ajuda, fazem atendimento às mulheres fragilizadas, vítimas de violência doméstica e sexual, promovem oficinas e cursos, encontros, festas. Produzem publicações, como livros, cadernos, cartilhas, folhetos, abrem sites.

Podemos afirmar que eles já formam uma rede, estando espalhados pela cidade de São Paulo e sua Área Metropolitana, assim como pelo Brasil inteiro.

Mesmo os governamentais, quando tem como gestoras/es comprometidos com as relações sociais de gênero, costumam possuir uma prática semelhante a prática do movimento feminista, e vemos isto ao tomarmos conhecimento dos nomes destes espaços que lembram a memória de luta contra a opressão das mulheres, a exemplo da Casa Eliane de Gramont, assassinada pelo ex-marido), a Casa-Abrigo Helenira Rezende (desaparecida na guerrilha do Araguaia, militante do movimento estudantil, ambas município de São Paulo, a Casa Beth Lobo (feminista que morreu num acidente de carro com suspeita de atentado nunca esclarecido) município de Diadema, Margaridas, Beths e Rosas (em memória de Margarida Alves assassinada na luta das/os trabalhadoras do campo, Beths - Beth Lobo - e Rosas - à Rosa Luxemburgo, revolucionária do fim do século XIX e meio do século XX) estes mantidos pelas prefeituras. Mas ainda existe a necessidade de dar maior visibilidade à apropriação destes. Que tem a ver com as propostas feministas de se criar uma cultura de reconhecimento da luta das mulheres construindo a memória das mulheres.

Tem sido uma prática das feministas fazer reverência às pioneiras das lutas de libertação das mulheres e pela justiça social, são inúmeras lembramos ainda Clara Zetkin, Flora Tristan, Frida Kalo. Nós também, aqui neste trabalho, juntamos nossa voz para defender a divulgação e o fortalecimento desses espaços, assim como essa forma de prestar homenagem (homenagem vem de homem reverenciar os homens) a todas as grandes lutadoras da causa das mulheres. Mas esses locais muitas vezes enfrentam grandes dificuldades para se manter, tanto no caso dos centros de referência, quanto no das casas de mulheres e das instituições governamentais que dependem da vontade política dos governantes de plantão.

Bela vista, o tradicional território de resistência e luta das mulheres

No Centro de São Paulo, o bairro da Bela Vista é o que tem, podemos dizer, a maior tradição e também a maior concentração desses equipamentos, contando com as seguintes entidades não governamentais e governamentais: União de Mulheres de São Paulo, o Coletivo Feminista Lésbicas, a União Brasileira de Mulheres, o Centro Informação Mulher (CIM), a Companhia de Teatro Mal Amadas, Atrevidas e Abusadas - Teatro Feminista Popular Urbano, as Católicas pelo Direito de Decidir. Mas não podemos esquecer outras que já foram fechadas ou se transferiram, como a Casa da Universitária de São Paulo, As Fêmeas em Chama, Confederação de Mulheres do Brasil, Um Outro Olhar, a Pró-Mulher, a Menina Mãe, o Oriashé, que está de volta... Podemos destacá-los, sim, como territórios de mulher, marcados como espaços de resistência e luta da mulher que traça seus rumos.

Queremos lembrar também – e como que se irradiando a partir da Bela Vista... – que, no vizinho bairro da Liberdade, temos o Geledés – Instituto da Mulher Negra; Centro de Capacitação Social da Mulher, na Liberdade, no Paraíso, também próximo, a Fala Preta; na Luz, o Serviço da Mulher Marginalizada; na Zona Leste, a Associação de Mulheres da Zona Leste (Amzol), o Centro de Atendimento à Mulher Vítima de Violência Maria Miguel, a Casa de Izabel, a Associação das Mulheres da Cidade Patriarca, a Associação de Mulheres da Vila Alpina, a Casa da Mulher Lilith; Casa da Mulher Cida Kopck em São Mateus, na Zona Sul, a Casa da Mulher do Grajaú; em Campo Limpo, a Casa Sofia e a União Popular de Mulheres; na Zona Norte, a Associação Feminina da Zona Norte e o Centro de Mediação das Promotoras Legais Populares da Zona Norte; e ainda o Mulheres em Ação; na Zona Sudoeste, o Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, a Sempre Viva Organização Feminista (SOF), Um Outro Olhar, a Oficina de Mulher e atualmente a Pro-Mulher; Associação Mulher vida, em Perdizes. Com certeza este mapa que aqui apresentamos deve não contemplar todos os grupos de mulheres, mas foi o que conseguimos garimpar.

São ao todo 25 “lugares de mulher”, além dos departamentos femininos de sindicatos, centrais sindicais e a OAB Mulher. Que se somam a entidades localizadas em outros municípios da Área Metropolitana de São Paulo, como a Associação das Donas de Casa de Mauá, a Fé-Menina em Santo André, a Ciranda em Diadema, a Associação das Mulheres de Osasco e Região (Amor), a Mulheres do Povo em Ação em Embu, os Grupos em São Bernardo do Campo, a Casa de Cultura da Mulher Negra em Santos e a Abrasb e Rosas, Margaridas e Betes, em Guarulhos, Elas por Elas em Suzano.

No âmbito governamental, os equipamentos são a Casa Eliane de Gramont, um centro de referência de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e sexual, ligado à Prefeitura de São Paulo e localizado na Vila Clementino; a Coordenadoria Especial da Mulher, ligada ao Gabinete da Prefeitura; Casa da Mulher Cida Kopcak, em São Mateus, zona leste; Casa da Mulher Brasilândia Zona norte; Centro de Referência da Mulher/Hospital da Mulher, mais conhecido como Pérola Byington, e o Ambulatório da Mulher, ambos ligados à Secretaria Estadual de Saúde e localizados no bairro do Bexiga; as Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher, que são 9 na cidade de São Paulo; o Conselho Estadual da Condição Feminina, localizado no bairro de Santa Ifigênia; a Casa Abrigo Comvida, gerida pela Secretaria Estadual de Segurança Pública; e a Helenira Rezende, reinaugurada pela prefeita Marta Suplicy, que esteve fechada nos 8 anos de mandato masculino dos prefeitos Paulo Maluf e Celso Pitta, e havia sido aberta pela prefeita Luiza Erundina; a Casa de Mulheres Madre Cristina (um espaço de moradia provisória para mulheres em situação de rua), no Canindé, Na Área Metropolitana, a Assessoria dos Direitos das Mulheres de Santo André; o Viva Maria, centro de referência que atende mulheres vítimas de violência também em Santo André; a Casa Beth Lobo, em Diadema; a Assessoria dos Direitos da Mulher, em Mauá; a Casa Abrigo, na região do ABC, o Centro de Referência da Mulher, em Embu das Artes; e o Conselho Municipal de Direitos da Mulher de Suzano. E também, no âmbito do Estado, o Conselho Estadual da Condição Feminina, localizado no bairro da Santa Ifigênia.

A arquitetura que abriga todos esses espaços, tanto os governamentais como os não governamentais, foi adaptada, sofreu reformas, tendo em vista suas necessidades

especiais. As mulheres que concebem esses espaços fazem questão de que eles tenham o formato de uma casa, com aconchego, e não o clima frio e neutro de um escritório tradicional. Ali elas constroem o seu canto, com cartazes alusivos a sua luta, com salas para relaxamento, e também para festas, pequenos auditórios, salões, centros de documentação, salas de orientação jurídica e atendimento psicológico, espaços de multiuso.

Tendo em vista essas novas necessidades, propusemos um projeto para ser construído pensando nas mulheres vítimas de violência doméstica e sexual, uma casa-abrigo, mas o movimento quer refletir melhor sobre esta proposta, para depois deliberar. Algumas feministas consideram que esse espaço deve sempre servir como uma passagem a ser vivida por mulheres sofridas, agredidas, em direção a uma situação sem violência, mantendo e assumindo uma visão de provisoriedade.

“Devemos pensar que esse espaço seja passageiro”, diz uma delas. Então concluem, seguindo esse raciocínio, que não devemos, no momento, investir num projeto arquitetônico. Mas há, a respeito, muitas controvérsias. Por exemplo, a Casa de Mulheres Madre Cristina não tem um espaço adequado para as crianças, e as creches do entorno não comportam a demanda acarretada pela Casa.

Na verdade, trata-se de um conflito para o movimento, que defende a cidadania e o exercício dos direitos para as mulheres, mas que, para salvar vidas, é obrigado a prendê-las numa casa clandestina, com proteção policial, uma vez que o ameaçador não pode ser recolhido nem preso sem antes ter cometido algum crime, e, no Código Penal Brasileiro, ameaça não é crime que possa receber penalidade de prisão. Se bem que, no dia 25 de novembro de 2003, Dia Internacional da não violência, foi aprovado no Congresso Nacional um projeto de lei que criminaliza a violência doméstica, com 6 meses a um ano de prisão, que deverá ser aprovado no Senado.

Esta situação, violenta para a mulher, é pior que a de uma prisão, na medida em que ela, mesmo sendo vítima, não pode receber visitas de parentes e conhecidos, pois a qualquer momento o agressor pode descobri-la e assassiná-la. A mulher é obrigada, então, juntamente com seus filhos, a esconder-se e cortar seus laços de amizade. Nos Estados Unidos em alguns estados, o homem agressor é monitorado com um aparelho no pulso e quando chega a 500 metros do domicílio da mulher é acionado um dispositivo mobilizando imediatamente a polícia. Resolvendo desta forma a falta de cumplicidade entre a vizinhança que dificilmente ainda, socorre uma vítima de violência de gênero.

O lar, doce lar, cai por terra. Entre marido e mulher, se mete a colher, sim O que isto tem a ver com a arquitetura e o espaço urbano?

Neste ponto, mais uma vez, apontamos para a necessidade imperativa de que o movimento social feminista exija que o Estado reconheça as necessidades específicas das mulheres, que, sobrecarregadas com a dupla jornada de trabalho que lhes foi imposta, continuam sendo maltratadas na família por seus maridos e companheiros, e no local de trabalho sendo assediadas sexualmente e, não raras vezes, esturpadas.

A Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher (DDM), implantada em 1985 na administração Franco Montoro, que foi o primeiro governo estadual eleito em urna, é outra reivindicação feminista que veio alterar a forma pela qual a sociedade encarava a violência doméstica e sexual, que à época ainda era vista como um problema privado e

naturalizado, tal como expresso em um ditado popular: “Entre marido e mulher, não se mete a colher”. “Mulher na rua só pode estar atrás de home.” (verso de um cordel).

As feministas mostraram nas ruas que se deve meter a colher, sim, que esta violência tem de ser coibida, esse é um problema social, cuja solução tem de ser encarada como parte das políticas públicas, e que as mulheres tem o direito de usufruírem o espaço privado e público sem serem molestadas. Fizeram com que o governo implantasse as Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher, as DDMs ou DEAMs (Delegacias Especiais de Atendimento às Mulheres), admitindo desta maneira que este é um problema social, o que provocou um forte impacto na própria instituição policial, e teve repercussão internacional, pois foi a primeira instituição do tipo a ser implantada no mundo, tendo sido objeto de estudo nos mais variados países tendo alguns países implantado esta experiência.

E essa importante conquista levou para dentro da instituição policial o repensar de seu papel. Antes, as mulheres afirmavam que as delegacias eram locais “de homens”, em que já os próprios delegados que as atendiam não as respeitavam, galhofando de sua dor. Agora queriam que mulheres delegadas as atendessem, e que as defendessem. Que essa história de que “mulher gosta de apanhar” tinha seus dias contados.

Então, como deveria ser o espaço físico desse equipamento? Como o edifício e as instalações poderiam contribuir para melhorar o cumprimento, por parte da polícia, da missão social de coibir a prática freqüente do espancamento de mulheres?

Por outro lado, as feministas tinham consciência de que, nessa questão, mais uma vez o privado e o público entrelaçavam-se, e o espaço construído demonstrava estar na dependência de uma transformação das relações sociais de gênero. Mas uma vitória pôde ser comemorada: a primeira Delegacia funcionou no Palácio das Indústrias, e durante pelo menos quatro anos sofreu assédio, dada a sua importância, de toda a imprensa local, estadual, nacional e, até mesmo, internacional.

Freqüentemente quando os grupos de reflexão juntam-se nos lugares de mulher e pensam a violência doméstica e sexual, discutem o que é considerado por algumas como uma contradição e por outras como uma hipocrisia: o conceito de casa. Em relação a isso, o filósofo Gaston Bachelard reflete, em sua obra *Poética do espaço*, em que afirma:

*“A casa é espaço de devaneio, é onde o sonhador dá vazão a sua imaginação...”*³. Mas é neste espaço que as mulheres sofrem o maior risco de serem violadas e violentadas. As estatísticas já demonstraram que, quando os homens sofrem violência, isso se dá no espaço público, mas, no caso das mulheres, o espaço de maior perigo é o doméstico. E o perfil de seu agressor normalmente incorpora uma ligação de afeto, pois ele é, com freqüência, o marido, o pai, o irmão, o filho, o ex-marido ou o ex-namorado. Talvez por falta de acolhimento deste espaço é que os “lugares de mulher” procuram ser aconchegantes até mesmo quando propõem uma Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher.

Contrapondo a essa teoria a experiência das DDMs, as mulheres sentiram que poderiam ser acolhidas diferentemente do que ocorria no espaço físico-institucional anterior, em que pesem sobreviverem ainda atitudes de destrato da mulher. Mas em sua maioria a antiga prática vai perdendo espaço, afinal, o movimento social já tem em sua bagagem três décadas de experiências. Em que pese que as delegadas em sua maioria percebem a importância deste equipamento, mas não as/os gestoras/es.

³ Bachelard, G. *A poética do espaço*. Col. Os Pensadores. São Paulo, Abril Cultural, 1974.



Fotos do arquivo da União de Mulheres de São Paulo.

Esse equipamento especial e seu funcionamento cotidiano vieram trazer-nos dados sobre onde as mulheres são estupradas, o que serve de subsídio para que serviços urbanos, como iluminação pública, itinerários de ônibus, possam ser alterados. E leva à exigência de que os terrenos baldios sejam fechados, o que pode evitar muitos destes crimes. Da mesma forma, nas discussões sobre o zoneamento, as mulheres defendem que as zonas sejam mistas, para que se garanta maior movimento nas ruas, evitando-se amplas áreas desertas, como a zona cerealista, no Pari-Brás, que fora dos horários de trabalho, à noite e nos fins de semana, ficam absolutamente vazias – o que traz maior segurança.

Os estupros acontecem, numa variedades de locais mas, ali onde não há iluminação nem comércio, e longe do transporte fica mais facilitado. É preciso levar isso em conta ao localizar e projetar equipamentos sociais, como as escolas, por exemplo, construídos nos arrabaldes da cidade e em bairros nos quais fica reservadas as piores áreas do loteamento. Isto tem de ser focado com mais critério nas propostas de aprovação dos loteamentos, em que se prevê a construção destes equipamentos e de responsabilidade das/os gestoras/es.

Outra questão posta para as/os arquitetas/os é a alteração do espaço arquitetônico de uma delegacia, já que o programa que orientará a elaboração do projeto passa a ser outro. Agora a Secretaria da Segurança Pública terá de pensar em salas para assistentes sociais, psicólogas, delegadas, escrivãs, investigadoras e policiais femininas, além de banheiros para mulheres, salas para brinquedoteca, fraldário, copa para fazer mamadeira e até espaço para abrigar a mulher antes de ela fazer o exame no Instituto Médico Legal, e mesmo conseguir vaga na casa-abrigo. Porque muitas vezes o espancamento é grave ou ela está ameaçada de morte.

Exemplos dessas novas necessidades, e da nova postura dos órgãos públicos, recentemente a 1ª DDM, da região da Sé, inaugurou sua brinquedoteca e seu atendimento psicossocial, e a Secretaria da Justiça e Cidadania firmou convênio com a Ordem dos Advogados do Brasil/OAB-Mulher para que seja oferecida a assistência jurídica requerida nesses casos.

E elas foram eleitas chefes de turma no mutirão de casas e apartamentos do projeto Sonho Meu – CDHU

Passamos agora ao relato (acrescido de algumas análises sobre o projeto da unidade habitacional e da opinião das protagonistas) de como se deu o acompanhamento de um grupo de 25 mulheres do núcleo de Sapopemba da União de Mulheres de São Paulo que participou da conquista de um mutirão da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) a ser realizado em São Mateus, no município de São Paulo. Num curso que nós ministramos, e que foi coordenado pela UMSP, elas foram preparadas para se organizar no processo de mutirão.

Essa experiência ocorreu nos anos de 1996, 1997 e 1998. E dela a UMSP participou mobilizando mulheres para o processo de aquisição de moradia pelos programas da CDHU, da Secretaria Estadual de Habitação e Desenvolvimento Urbano. Este trabalho de formação funcionou no centro comunitário do Conjunto Habitacional Teotônio Vilela, no bairro de Sapopemba, na Zona Leste da cidade de São Paulo, mais tarde trans-

ferido para a Sociedade de Amigos de Bairro do Conjunto Habitacional Teotônio Vilela, dirigida pela representante do Núcleo da UMSP, Maria Nazaré Moreira.

Aquele grupo de 25 mulheres a que nos referimos constituiu a primeira turma a conseguir suas unidades, e hoje elas moram no conjunto habitacional em São Mateus. Essa experiência abriu caminho para um outro grupo, que participou do mutirão para realizar o projeto da Fazenda do Carmo, enquanto mais outro grupo já estava esperando para entrar em canteiro.

Iniciamos em 1995 a reestruturação do núcleo da UMSP em Sapopemba, mas sua história havia começado bem antes, no ano de 1984, quando, depois de uma ocupação de prédios do Ipesp, várias participantes foram transferidas para unidades do Pró-Morar no Conjunto Habitacional Teotônio Vilela. Lá, como novas moradoras, e partindo animadas, da vitória anterior, elas conquistaram creches, delegacia, escolas, postos de saúde.

Essa área tem uma história antiga das mulheres em relação à legalização fundiária. O Lar Nacional é um loteamento onde mulheres, que haviam comprado ali seus terrenos em 1972, descobriram mais tarde que se tratava de um empreendimento clandestino. Organizam então uma luta para não serem despejadas, nem perderem seu dinheiro⁴. Só agora, passados 30 anos a justiça deu ganho de causa as/os antigas/os proprietárias/os. Mas a Secretaria Municipal da Habitação interferiu e está mediando em favor das/os moradoras/es, muitas/os aposentadas/os, será feita uma negociação.

Mas em 1995, com a mobilização que se deu em torno da questão da moradia, e capitalizando toda essa experiência, conseguimos que fosse feito o convênio com a Cohab, e assim obtivemos um espaço físico para o núcleo, ao conquistarmos a abertura de um centro comunitário em Sapopemba. Foi então que pudemos planejar um curso para as mulheres, que teve a seguinte temática: “Cidade, cidadania, gênero, meio ambiente, habitação, comunicação e saúde”.

Esse curso foi composto de oito aulas, com um total de 32 horas, em que trabalhamos a conscientização das mulheres em relação à vivência da cidade de São Paulo, dando atenção a seus signos, sua história, os direitos de cidadania, a questão da saúde e da educação. Nele também foi enfatizada a organização da cidade, a importância de viver de forma organizada nessa cidade, e a construção de um diálogo entre a população e os meios de comunicação.

Por fim se falou sobre o conceito de meio ambiente, entendido como um sistema, englobando os/s seres humanas/os, a água, as árvores, as frutas, o ar, e, dentro disso, como deve se dar o manejo dos resíduos, o tratamento e a preservação do planeta, e a importância de atingir-se um desenvolvimento sustentável e que pressuponha a divisão da riqueza⁵ e a diversidade da população raça/etnia, sexo, faixa etária, classe social e orientação sexual. Assim como a discussão da legislação dos direitos/deveres e ambiental.

Após esse módulo, organizamos quatro oficinas, com 12 horas no total, nas quais sempre, num primeiro momento, trabalhávamos a expressão corporal e os vínculos interpessoais, nunca deixando de lembrar às mulheres presentes que elas tinham de se preparar para o trabalho no mutirão e para, futuramente, serem vizinhas. Como morar em condomínio é muito diferente de morar em casas térreas, era preciso que elas aprendessem a exercitar o convívio coletivo e a organizar a gestão do espaço em suas variadas funções.



Fotos do curso de preparação do mutirão. Arquivo da União de Mulheres de São Paulo.

⁴ Jornal *Movimento*. “Lar Nacional”, 1978.

⁵ Para nós desenvolvimento sustentável é o tratamento do meio ambiente em que a utilização dos recursos naturais é feita de forma racional, mantendo-se a preocupação com as gerações futuras: que elas possam usufruir desses bens.



Em outras oficinas desenvolvemos dinâmicas de como ler e reler o espaço construído e os mapas. Foram feitos alguns exercícios de memória do espaço, em que as mulheres tinham oportunidade de descrever seu mapa de trajeto usando a memória, fazendo também o exercício de desenhar seu bairro, seu quarteirão, com os signos mais importantes, associados a suas funções. Elas exercitaram sua compreensão do espaço, ao identificarem o comércio, as igrejas, as escolas, os itinerários dos ônibus, as praças, a estação de trem ou metrô, as fábricas.



Exercitou-se também o uso do guia de ruas e a leitura do mapa da cidade de São Paulo. Iniciou-se a montagem de uma maquete, para elas trabalharem a noção de escala, mas essa experiência não foi adiante. Fizemos também em grupo a simulação de problemas no processo de construção das moradias, sempre refletindo sobre o que significa morar em prédio, com a criação e a discussão sobre a necessidade de normas de convivência.



Montamos, agora na sede da entidade, algumas discussões em que utilizamos um vídeo sobre a cidade de São Paulo e o Plano Diretor. Foram apresentadas também algumas palestras sobre meio ambiente, com explicações a respeito dos conceitos de mananciais, Área de Proteção dos Mananciais, uso racional da água, a importância da rearboreção e o perigo de se impermeabilizar os quintais, que favorece a ocorrência de enchentes. Falou-se sobre resíduos sólidos e inundações, e a legislação federal, estadual e municipal sobre o assunto. Todo esse treinamento foi anterior à concretização do mutirão.



Quando se iniciou o trabalho efetivo de construção, as mulheres da UMSP constituíam um quarto dos “mutirantes”, que no total eram 100 famílias de outras quatro entidades da comunidade, e elas se destacaram no processo todo, tendo até sido indicadas para lideranças de turmas (no grupo de assentamento de tijolos, no de encanadoras etc.) e para participarem das reuniões na CDHU. E em função dessa experiência foram realizados seminários, com três encontros naquele mês de julho, sendo o primeiro voltado para a preparação e a tirada de uma carta a ser levada para a Conferência do Habitat II, 1996 o segundo e o terceiro para a discussão sobre as legislações ambiental e habitacional.



A ansiedade por lugar seu, impede que pensem no espaço que estão construindo e principalmente em seu entorno

É preciso também destacar uma passagem vivida por uma comissão da primeira turma, o grupo das 25. Nas últimas semanas de treinamento para o mutirão, discutimos o conceito de que a habitação não deve ser vista separadamente dos equipamentos sociais (creches, escolas, unidade de saúde, comércio) e de infra-estrutura (água, luz e esgoto). Por isso, levamos ao conhecimento dessas mulheres as regras de instalação desses equipamentos, definindo a distância mínima estabelecida, tendo como referência a unidade habitacional.

Depois, fizemos um estudo do entorno da área onde os edifícios seriam implantados. Aí se constatou que água, esgoto, luz, telefone e transporte não seriam problema, mas sim o comércio, que era distante, assim como o fato de que haveria necessidade de creche, escola e unidade de saúde, dada a carência do entorno.

Elaboramos então um documento descrevendo as condições de realização do

projeto e reivindicando os pontos que supririam aquelas necessidades, e marcamos uma conversa com o diretor da CDHU responsável pelo contato com a população. No dia estabelecido foi feita a reunião, mas aquele funcionário foi extremamente grosseiro conosco, sem deixar que todas as mulheres fossem apresentadas, forçando-nos a expor rapidamente as propostas e respondendo, sem um exame aprofundado, que as achava um absurdo. Estávamos acompanhadas então por uma representante do governo do Canadá, que tinha o objetivo de selar uma parceria com o governo brasileiro para uma experiência piloto levando em conta a perspectiva de gênero na área da habitação. A funcionária canadense saiu profundamente desolada com o tratamento dispensado às mulheres, até ela própria. Este fato vem confirmar como é difícil sensibilizar o Estado para os interesses das mulheres, mesmo no que diz respeito a uma legislação visando garantir essas políticas.

A qualidade dos projetos da CDHU

Após o mutirão, desenvolvemos alguns estudos em prédios da CDHU construídos nas duas últimas décadas. São apartamentos minúsculos, onde as camas têm de ser beliches para que se possa circular nos quartos. Um dos maiores problemas nessas unidades são os banheiros: as mulheres não podem utilizá-los para dar banho em seus bebês ou crianças pequenas. São obrigadas a optar entre dar o banho na cozinha ou banhar a criança no banheiro, mas mantendo a porta aberta, e molhando o lado de fora.

Mas a constatação de problemas em habitações anteriormente construídas não era suficiente para indicar os caminhos das mulheres imersas na prática da edificação de suas residências. Durante o mutirão, elas estavam tão felizes por finalmente poderem ter sua moradia, que não conseguíamos estabelecer com elas uma reflexão sobre como seria morar naquela unidade.

Apenas depois de elas se mudarem é que começaram a sentir os problemas de algumas unidades, cuja estrutura foi executada por empreiteira. Essas primeiras mulheres a deparar com dificuldades no habitar tiveram um papel fundamental na mobilização para garantirem o usufruto do seguro, que muitos mutuários nem sabiam que existia. Assim, conseguiram resolver os problemas com mais facilidade, pois eles foram percebidos imediatamente.

No entanto, passados cinco anos, aquelas mulheres têm filhos de 12, 13 e 14 anos, hoje eles já estão quase adultos, e as pessoas não estão cabendo todas no espaço do apartamento, que são realmente minúsculos.

Na política de produção de moradias populares – em que são comuns as tentativas de baratear um pouco as mercadorias – deveria ser adotado o critério da utilidade social, não se tomando como base o mercado imobiliário. Como o que prevalece é o primado do lucro e o mercantilismo, diminui-se a área construída, empregam-se materiais de má qualidade e muitas outras práticas de irresponsabilidade social.

E, ao verificarmos essa má distribuição dos espaços, constatamos ao mesmo tempo que, com certeza, a maior prejudicada em tudo isso é sempre a mulher, que é a pessoa que mais utiliza o espaço doméstico. A casa, para os homens, é espaço de descanso e de devaneios, já para as mulheres é espaço de trabalho, insalubre e estafante. E, nas construções dos novos tempos, as áreas que perderam espaço foram justamente aquelas em que a mulher fica o maior tempo: a cozinha e a área de serviço. Além do mais, isso faz



com que perca qualidade em suas condições de trabalho e aumente o tempo exigido para circular a fim de produzir a alimentação. Na cozinha do apartamento da CDHU no Jova Rural, não cabe a geladeira, a sala é minúscula e a mulher tem de ficar indo e voltando para pegar os apetrechos de que precisa na cozinha.

O ato de projetar pode ou não reproduzir a opressão da mulher

Pode-se reproduzir a opressão da mulher e sua exploração, como vimos neste capítulo, assim como é possível interferir e contribuir no processo de autonomia feminina, na caminhada em direção à conquista de sua cidadania efetiva. As ideologias materializam-se na arte e na arquitetura, obras de criação também são marcadas pela opressão ou pela libertação, se bem que é preciso ter presente a trajetória desse conflito no processo histórico.

Maria Amélia Azevedo, psicóloga, e profesora no Instituto de psicologia da Universidade de São Paulo, em seu livro *Mulheres espancadas*, quando discute que a ideologia patriarcal e machista perpassa e permeia todo o tecido social vem contribuir, para que nós arquitetas/os, aumentemos nossa percepção e reflexão em relação a esta questão. Na página deste livro apresenta um debate acontecido no *Jornal do Brasil*, RJ, na década de 80, quando uma socióloga encaminha uma crítica contundente ao ver, publicado numa das sessões de serviços, a sugestão de arquitetura de interiores para um quarto de menina e outro de menino, aqui reproduzimos os desenhos. Como vemos está tão introjetado em nossa cultura a visão sexista das funções dadas as mulheres e aos homens, do qual podemos afirmar e reafirmar sugestões de comportamento por meio da arquitetura de interiores. O quarto da menina, cor de rosa claro, com corações e significados românticos e o privado sendo relevado, e o do menino uma estação de trem fortalecendo o espaço público e da criatividade da produção e da circulação, do engenho. No nosso entendimento o quarto da menina pode conter os dois mundos assim como o do menino. Ver ilustração na “Introdução”.



Casa da Dona Yayá. Fonte: Folha de São Paulo, 2000.

Assim como a Casa de Dona Yayá localizada no Bexiga- Bela Vista – patrimônio tombado pelo Condephat, principalmente requerido por uma historiadora que presenciou este fato quando menina. Onde uma mulher por nome Dona Yayá foi mantida presa por 42 anos numa casa, adquirida com sua herança, que funcionou como um hospício particular onde a mão da medicina no caso a psiquiatra e os engenheiros, construíram um espaço de opressão para enclausurá-la. No caso o psiquiatra o famoso Franco da Rocha. Aqui apresentamos as alterações arquitetônicas executadas para que garantissem sua prisão.



Bloco carnavalesco Casa da Dona Yayá, 2004.

Acessando a sua memória percebemos claros indícios de que a enlouqueceram para apossarem de sua herança. Hoje o que restou que não foi pouco de posse da Universidade de São Paulo. Para melhor conhecimento desta história acessem o livro *A Casa de Dona Yayá* – Comissão de Patrimônio Cultural da USP – texto de Marly Rodrigues – Edusp e Imprensa Oficial de SP - 1999.

Yayartes – Bloco Carnavalesco Casa de Dona Yayá – repudiando a opressão.

A União de Mulheres de São Paulo em memória a este episódio, desde o ano de 2000, desenvolve uma mulhenagem a história desta mulher questionando o papel da ciência patriarcal, com um o Yayartes – Bloco Carnavalesco Casa de Dona Yayá – onde per-

corre as ruas do Bexiga e presta reverências a este episódio em frente a sua Casa, com uma marchinha.

Marcha de Dona Yayá - Yayartes Bloco Carnavalesco Casa de Dona Yayá

música e letra – Margô vice-presidenta da União de Mulheres de São Paulo

Ô abram alas pra dona Yayá
Que a União de Mulheres vai passar
Nesta avenida desfilando pela paz
Se une à marcha dos novos carnavais

Ô abram alas pra Dona Yayá
Que a União de Mulheres vai passar
Nesta avenida desfilando pela paz
Se une à marcha dos novos carnavais

Populares promotoras legais
Música em cena nas sextas culturais
Oficinas, palestras, políticas sociais
Defendendo a mulher e seus ideais.

La la la ia
La la la ia
L ala la ia l ala ia
Bis

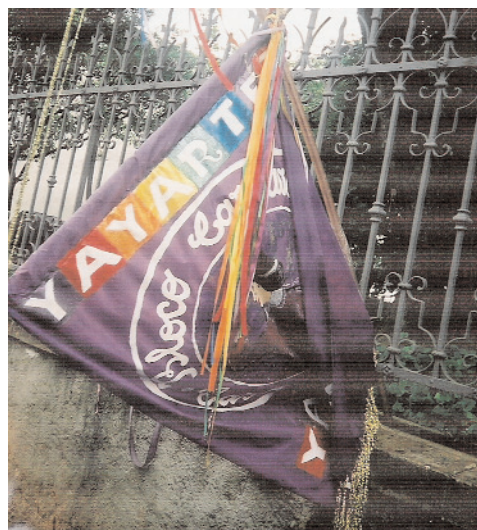
5º. Ano de carnaval - 2000 - 2004

Conclusão

A conquista dos direitos civis, principalmente o direito de expressão, que se reiniciou legalmente, no caso do Brasil, com a anistia aos presos políticos e aos exilados, consolidou-se com o direito às eleições diretas, não resolveu, no entanto, os problemas verificados nas condições políticas, econômicas e sociais da maioria da população e principalmente das mulheres.

A localização das funções sociais, entre elas o habitar e o trabalhar, é, ela própria, também um produto do trabalho, e é ela que especifica o espaço intra-urbano, que, em seu todo, se refere às relações entre um determinado ponto do território urbano e todos os demais. Tendo isso em vista, os “lugares de mulher” podem ser associados à localização urbana? Pensamos que sim.

Por isso, apresentamos as reflexões – de que participamos conjuntamente com os movimentos sociais e procuramos encaminhar no plano acadêmico – sobre a associação de cada lugar de mulher e seu entorno, relacionando-o com os outros serviços. Por exem-



Bloco carnavalesco Casa da Dona Yayá, 2004.

plo, a maioria dos lugares de mulheres desenvolve múltiplos serviços intersetoriais, como os voltados para saúde, cultura, atendimento jurídico, educação, lazer, assistência e prática política, no sentido lato da palavra, com a elaboração de propostas que interfiram na gestão e aplicação de políticas públicas. A própria maneira pela qual esses locais se organizam leva à produção de políticas sociais e urbanas, com práticas exemplares, produtoras de contra-ideologia e novas práticas políticas.

Procura-se sempre integrar os lugares de mulher em redes locais, como fóruns de entidades sociais, culturais, ambientalistas, órgãos de classe, levando a que participem da co-gestão governamental em conselhos gestores de saúde, comitês de luta pela diminuição da mortalidade materna, de defesa das bacias hidrográficas, de orçamento participativo, grupos de trabalho das câmaras municipais, conselhos municipais e consultivos etc.

São espaços espalhados pela cidade e pela área metropolitana, que têm sua natureza própria e são produtores de serviços necessários e que dependem da rede de deslocamentos existentes no urbano. E eles por si mesmos podem ser considerados como uma rede de serviços (ver Mapa Território de Mulher, em que espacializamos os lugares de mulher).

O estudo das formas faz parte, sem dúvida, do estudo do espaço urbano, mas não é específico dele. Muito pelo contrário, as formas são atributo de todo espaço (e incluem elementos como árvores, cadeiras, canetas, ou seja, todo e qualquer objeto ali presente). No entanto, para *explicar* as formas urbanas – os bairros, as direções de crescimento, a forma da mancha urbana, a verticalização, as densidades etc. –, é indispensável considerar as relações de determinado ponto, ou conjunto de pontos, com todos os demais pontos do espaço urbano. Esperamos mostrar neste trabalho que essas relações dominam aquelas que se materializam através do deslocamento dos seres humanos enquanto consumidores e/ou portadores de força de trabalho. Para que seja um estudo efetivo do espaço intra-urbano.

É preciso explicar por que os “lugares de mulher” apareceram e por que apresentaram estas características, por que as mulheres insistem em que esses espaços lembrem suas casas; em segundo lugar, por que se produziram essas *localizações representadas* e concentradas, por exemplo, no bairro da Bela Vista. E esse tem sido um fenômeno do mundo inteiro. Pretendemos aprofundar este entendimento inclusive a influência no tecido urbano construído.

Observa-se que não são todas as mulheres que sentem essa necessidade, são principalmente seus grupos organizados, e esses espaços em sua maioria estão localizados nos espaços periféricos e ou em bairros degradados ou em degradação. Outro ponto que tem sido notado: mulheres das classes altas e empresárias iniciaram também, há muito pouco tempo, esta discussão, lançando a idéia de organizarem-se como mulheres de negócios.

Esses espaços intra-urbanos estudados neste trabalho estão extremamente ligados às relações de desenvolvimento regionais. Por isso, em nossas ações e análises da condição das mulheres, remetemos às discussões macroeconômicas e macropolíticas, e procuramos relacionar suas necessidades com o processo histórico de sua opressão, ligado à estruturação do processo histórico econômico de um modo geral. Junto com isso, desen-